

BOLETIM 79

Brasília, 10 de março de 2016

Produção industrial em janeiro recua pela 23ª vez seguida e cai 13,8%

Dados da produção industrial de janeiro, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam o abismo formado no setor produtivo entre 2015 e 2016.

Em janeiro deste ano houve uma queda de 13,8% na produção comparada ao mesmo mês do ano passado – período em que a indústria já sofria as consequências nefastas da política econômica do governo Dilma. Do começo de 2015 até o início de 2016, intervalo em que a crise se radicalizou graças ao aprofundamento dos cortes nos investimentos públicos, salários e direitos, somado aos altos juros, houve queda em praticamente todos os setores da indústria. O resultado é o 23º negativo consecutivo nesta base de comparação.

A categoria de bens de capital, que ao longo do último ano só apresentou variações positivas depois de meses de quedas grotescas, recuou 35,9% em janeiro sobre janeiro. Os bens de consumo duráveis recuaram 28,2%; os bens intermediários -11,9%; e os bens de consumo semi e não-duráveis, -7,2%.

Os mais otimistas ou iludidos, comemoram os resultados isolados de janeiro comparados ao mês imediatamente anterior (dezembro). Houve nesta base avanço tímido de 0,4% na série dessazonalizada, após recuo nos sete meses



anteriores – período que acumulou perdas de 8,7%.

Além de não recuperar o tombo, o resultado não representa um indicador de recuperação para o ano, explica o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), usando o exemplo do desempenho do setor de bens de capital, que abastece o conjunto do setor produtivo e por isso é um bom termômetro de intenção e demanda. O crescimento de 1,3% observado em janeiro foi precedido por um recuo de 8,5% em dezembro, obedecendo ao padrão.

“Em resumo, um solitário resultado positivo não é bastante para dar otimismo quanto à capacidade de recuperação da indústria brasileira em 2016”, aponta o IEDI.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Em 2015 governo provoca queda brutal de 14% nos investimentos

Além do encolhimento em si de 3,8% da economia brasileira em 2015, um dado que chama



atenção é a brutal queda de 14,1% dos investimentos (formação bruta de capital fixo – FBCF), segundo os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que não poderia redundar em outra coisa a não ser na confirmação do Produto Interno Bruto (PIB) negativo, bem próximo aos -4,35% de Collor, em 1990.

Trimestre a trimestre, a contração da FBCF - máquinas, equipamentos e material de construção - foi de 4,9% no último trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior e de 18,5% frente ao mesmo trimestre de 2014.

As causas básicas para tamanha redução dos investimentos são, em primeiro lugar, os juros cavalares estabelecidos pelo próprio governo, através do Banco Central, que travam os investimentos produtivos e favorecem a especulação financeira. E o que é pior: nem triscam no pretexto para os juros altos, um pseudo combate à inflação. Em 2015, o IPCA, índice do IBGE que mede a inflação, fechou em 10,67%.

A segunda razão são os cortes dos investimentos públicos - em nome do “ajuste fiscal” -, que são quem puxam os investimentos privados, principalmente na indústria de transformação, que, aliás, teve queda de 9,7% no ano passado.

Para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), “períodos longos de queda do investimento são preocupantes porque não apenas comprometem a capacidade futura de produção como também contribuem para a obsolescência da estrutura produtiva do país. Como agravante, o declínio da formação bruta de capital fixo em 2015 foi muito maior do que em 2014 especialmente em função

da retração de 26,5% do investimento em máquinas e equipamentos”.

De acordo com o IBGE, a taxa de investimento (FBCF/PIB) fechou 2015 em 18,2% do PIB, inferior à que foi registrada no ano anterior (20,2%). Foi o terceiro ano seguido com diminuição na taxa de FBCF. A taxa de poupança (poupança/PIB) foi de 14,4%, ante 16,2% em 2014.

Investimentos em queda, juros siderais, corte de investimentos, continuidade do “ajuste fiscal” – proposto por Levy e continuado por Barbosa e desemprego em massa (somente em janeiro já foram demitidos 100 mil trabalhadores com carteira assinada) indicam que a recessão continua. Estimativas apontam para uma retração do PIB em cerca de 3,5% este ano, com reflexos sombrios sobre a economia em 2107.

Com sinais desfavoráveis, o que faz o governo? Anunciou na segunda-feira (7) a retomada das privatizações (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrelétricas) para “destravar investimentos em infraestrutura”.

O governo comunicou ainda a liberação de mais crédito do BNDES, aumentando o percentual de financiamento aos concessionários que vencerem os leilões de privatização. Para portos, aumento de 50% para 70%; aeroportos, de 30% para 40%; ferrovias, de 70% para 80%. Para os novos leilões de rodovias, o percentual de 70% será mantido.

Entre as medidas estão também a capitalização do Fundo Garantidor de Infraestrutura, com a injeção R\$ 500 milhões no fundo, com a venda de imóveis da União, e a facilitação para emissão de debêntures (papéis emitidos para captação de recursos).

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Queda do PIB e aumento do desemprego levam empresários às ruas

Uma reunião organizada pela Federação das Indústrias do Estado do São Paulo (Fiesp), com a presença de mais de 100 representantes de entidades empresariais uniu o setor produtivo contra a devastação na economia, provocada pelo governo Dilma.

“Temos acompanhado com muita preocupação não só o que está acontecendo hoje, mas a queda da economia de quase 4% no ano passado e mais previsão de desemprego para este ano, o que leva este governo à total falta de credibilidade”, disse Paulo Skaf, presidente da Fiesp, em coletiva após o encontro, anunciando que por unanimidade os participantes decidiram participar da manifestação marcada para o próximo dia 13 de março, que defende a saída da presidente Dilma, o apoio à Lava Jato e a punição dos corruptos.

“Está muito claro, que o encolhimento da economia brasileira não pode ser atribuído ao contexto internacional, pois se deve aos erros cometidos nas decisões políticas e na condução da economia”, aponta Skaf, que pessoalmente defende a renúncia de Dilma.

“A situação está chegando em um ponto em que ou esses processos ganham a velocidade que vai ao encontro dos interesses da Nação ou a senhora presidente da República apresenta uma carta de renúncia”.

No encontro, na sede da Fiesp, os empresários reiteraram, de forma unânime, o

apoio à campanha “Não Vou Pagar o Pato”, contra o aumento de impostos e a volta da CPMF.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Boletim do BC estima PIB em menos 3,5% este ano

O ano está só começando, mas para os representantes das instituições financeiras consultados pelo Banco Central (BC) para elaboração do Boletim Focus, 2016 deve terminar com crescimento negativo de 3,50% - na semana passada, a estimativa era de 3,45%.

O relatório divulgado na segunda-feira (07) levou em consideração o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) oficial de 2015, cuja queda foi de 3,8%.

A aposta para a taxa básica de juros (Selic), que na última reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) permaneceu em 14,25% - posto de mais elevada do mundo – é de 12,5% ao final de 2016, ainda muito distante do razoável para permitir que o país cresça e mais longe ainda da taxa negativa praticada em diversos países.

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi outra estimativa que saltou de uma semana para a outra: dos 7,57% previstos anteriormente no acumulado de 2016 para 7,59% no relatório desta segunda-feira.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Planos de saúde privados perderam mais de 700 mil

Um levantamento realizado pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), divulgado nesta segunda-feira, dia 7, mostra que os planos de saúde médico-hospitalares perderam 766 mil usuários em 2015. Em 2014, eram 50,5 milhões de usuários e, no ano passado, o número caiu para 49,73 milhões, uma diminuição de 1,5%.

O segmento dos contratos coletivos empresariais, aqueles oferecidos pelas empresas aos seus funcionários, foi o principal responsável pela queda. O saldo foi negativo em 404,8 mil vínculos, uma diminuição de 1,2% em relação a 2014. Isso significa que, somente os planos coletivos empresariais responderam por 52,85% de todos os beneficiários que deixaram de ter plano de saúde em 2015.

Os planos coletivos por adesão (aqueles firmados por intermédio de entidades de classe, por exemplo) registraram queda de 1,9% do total de vínculos em 2015 em comparação a 2014, ou saída de 128,7 mil beneficiários. Já o total de beneficiários de planos individuais ou familiares caiu 1,6%, o que representa 158,6 mil vínculos a menos do que em 2014.

A exemplo dos alunos que migram das escolas particulares para a rede pública (mais de 1 milhão de matrículas no ano passado), a transição do setor privado aumenta ainda mais as dificuldades no setor público. Na Saúde, o governo Dilma já cortou mais de R\$ 20 bilhões nos últimos dois anos.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Câmara adia projeto sobre dívidas de estados e cancela votações de hoje

O Plenário da Câmara dos Deputados adiou para a próxima terça-feira (15) a votação do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 315/16, que suspende a forma de cálculo do desconto na dívida dos estados e municípios no âmbito de sua renegociação junto à União. Em seguida, a Ordem do Dia foi encerrada.

O adiamento ocorreu após apelo do líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), que teve a concordância unânime de todos os deputados presentes em Plenário. A matéria já seria colocada em votação, fase na qual não é mais possível apresentar requerimentos de adiamento, segundo o Regimento Interno. O autor do PDC 315, deputado Esperidião Amin (PP-SC), agradeceu a lealdade da bancada e concordou com o adiamento, pedindo que seja o último “para uma melhor solução”.

O líder do governo se comprometeu a votar, sem novos adiamentos e sem obstrução, na próxima semana, lembrando que as negociações têm avançado. “Os governadores já aceitaram o



alongamento da dívida em 20 anos proposta pelo governo e precisamos concluir esse processo”, alertou Guimarães.

As negociações ocorrem há mais de três semanas entre o governo federal, prefeitos e governadores.

A renegociação das dívidas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios com a União foi autorizada pela Lei Complementar 148/14, que prevê a troca do índice de IGP-DI mais 6% a 9% ao ano para IPCA mais 4% ao ano ou a taxa Selic, o que for menor.

Juros compostos x juros simples - O decreto suspende o cálculo dos juros porque Amin defende a aplicação dos juros acumulados de forma simples, enquanto o governo argumenta que os juros compostos são aplicados nos cálculos dos empréstimos do sistema financeiro.

Para o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira, essa alteração também poderia prejudicar os estados, pois seus ativos (valores a receber da União), no encontro de contas, teriam igualmente de ser corrigidos por juros simples e não compostos.

Orçamento - O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, informou que o acordo entre as lideranças previu ainda o encerramento das atividades de todas as comissões nesta semana. A Comissão Mista de Orçamento pretendia votar ainda hoje o parecer do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) a favor das contas de 2014 da presidente Dilma Rousseff, com ressalvas.

Entretanto, segundo Cunha, esse encerramento não abrange as comissões parlamentares de inquérito (CPI).

Fonte: Agência CÂMARA

MP que muda regras do Minha Casa Minha Vida é aprovada em comissão e segue para Câmara

Foi aprovada nesta quarta-feira (9) na comissão mista de deputados e senadores a Medida Provisória 698/15, que muda regras do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, do governo federal. O texto foi aprovado por unanimidade e agora segue para votação nos plenários da Câmara e do Senado, onde precisa ser aprovado até o dia 31 de março, último dia de vigência da MP.

A medida provisória dá garantia aos bancos, nos contratos do programa Minha Casa Minha Vida, para os financiamentos feitos com desconto do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Com isso, os recursos aportados pelo fundo não estarão sujeitos a perdas por conta de inadimplência dos mutuários.

Pela MP, a garantia será dada pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Criado pela Lei 11.977/09, o fundo é a principal fonte de financiamento do Minha Casa. Caberá ao FAR assumir a dívida junto ao agente financiador. Em troca, o fundo poderá cobrar as prestações atrasadas diretamente do mutuário. Atualmente, o FAR já concede cobertura do risco de danos físicos ao imóvel e risco de morte ou invalidez permanente do beneficiário do programa habitacional.

O relator da MP 698/15, deputado Arnon Bezerra (PTB-CE), destacou que esse foi um passo importante para garantir a continuidade do



programa de moradia popular. "Fortalecer o programa Minha Casa Minha Vida atende a questão social, que é oferecer domicílio para aquelas pessoas que não possuem habitação".

Acordo - A aprovação da medida provisória foi possível por causa de um acordo. A mudança mais importante em relação ao texto original do governo é a obrigação de destinar 10% da dotação destinada à habitação de interesse popular (que atende pessoas com renda familiar mensal de até três salários mínimos) para a construção de moradias populares em municípios com até 50 mil habitantes. Haverá prioridade para as famílias residentes em áreas de risco, insalubres, que tenham perdido a casa em decorrência de enchentes ou outro desastre natural.

Votação - Apesar do prazo apertado de três semanas, por causa do acordo na comissão mista, a expectativa é que a medida provisória seja aprovada na Câmara e no Senado a tempo de não perder a validade.

"Se não tiver um embate ideológico, nós não teremos nenhuma dificuldade, porque acatamos a sugestão de alguns líderes da oposição para fazer com que levássemos outras discussões para o Plenário da Câmara", disse o relator.

O governo conta com a aprovação da nova regra para lançar a terceira fase do Minha Casa Minha Vida, que tem como meta a construção de dois milhões de novas moradias até 2018. Até agora, o programa já entregou mais de 2,5 milhões habitações, segundo o Executivo.

Fonte: Agência CÂMARA

CPI do Carf é instalada; comissão analisará pedidos de convocação

A CPI do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), instalada ontem, terá sua primeira reunião ordinária hoje (10). Em pauta, estará a votação de requerimentos de deputados para a convocação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva; do filho dele, Luís Cláudio; e do ministro da Fazenda, Nelson Barbosa.

Escolhido para presidir a comissão, Pedro Fernandes prometeu neutralidade na condução dos trabalhos: "Não tenho lado"

Também estão na lista dos pedidos a serem analisados as convocações do ex-ministro Guido Mantega, de empresários e de ex-conselheiros do Carf.

A CPI será presidida pelo deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), que prometeu neutralidade na condução dos trabalhos. "Eu não tenho lado", declarou. A 1º vice-presidência do colegiado ficará a cargo do deputado Hildo Rocha (PMDB-MA). O 2º e o 3º vice-presidentes serão, respectivamente, os deputados Paulo Pimenta (PT-RS) e Carlos Sampaio (PSDB-SP).

Requerimentos - O requerimento que pede a convocação de Lula foi apresentado pelo deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA). Ele justifica a necessidade de a CPI ouvir o depoimento do ex-presidente com base em reportagem da revista *Isto É* com trechos da delação premiada do senador Delcídio do Amaral (PT-MS).

Segundo Aleluia, entre as revelações feitas pelo senador está a de que "hoje um dos temas



que mais aflige o ex-presidente Lula é a CPI do Carf. O colegiado apura a compra de MPs durante o governo do petista para favorecer montadoras e o envolvimento do seu filho, Luiz Claudio, no esquema”.

Jorge Solla rebateu o relator: "Não vi o mesmo zelo na CPI da Petrobras. Será que é porque agora há bancos e grandes empresas de comunicação envolvidos?"

Já o pedido de convocação de Luís Cláudio foi apresentado pelo deputado Rubens Bueno (PPS-PR). Em sua justificativa, o parlamentar alega que a Operação Zelotes tem documentos que apontam que uma das empresas do filho de Lula, a LFT Marketing Esportivo, recebeu R\$ 1,5 milhão de Mauro Marcondes, lobista preso em outubro do ano passado, acusado de ter sido pago por companhias interessadas na renovação dos efeitos de uma medida provisória pelo governo federal.

“Ele também é proprietário da Touchdown Promoções e Eventos Esportivos. Essa empresa, que funciona no mesmo endereço da LFT, também foi alvo da operação Lava Jato”, sustentou Bueno.

Operação Zelotes - A Operação Zelotes, deflagrada há um ano pela Polícia Federal, investiga a existência de um esquema de corrupção no Carf e também no Congresso, com base em indícios de que teria havido pagamento de propina na aprovação de medidas provisórias que beneficiaram setores da economia com isenções fiscais. Entre os suspeitos estão 24 pessoas, pelo menos 15 escritórios de advocacia e consultoria, além de grupos empresariais.

Desde março do ano passado, foram investigados os bancos Bradesco, Santander, Safra e Bank Boston; a seguradora Bradesco Seguros; as

montadoras Ford e Mitsubishi; a empreiteira Camargo Corrêa; o grupo siderúrgico Gerdau, a Petrobras; a BR Foods, do setor de alimentos; a Light, distribuidora de energia do Rio de Janeiro; e o grupo de comunicação RBS.

MPs sob suspeita - Em outubro de 2015, ao investigar benefícios às empresas MMC, representante da Mitsubishi no Brasil, e Caoa, do setor automobilístico, a Polícia Federal passou a suspeitar de um esquema de “compra” de medidas provisórias.

Três empresas de Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram alvo de mandados de busca e apreensão: LFT Marketing esportivo; Touchdown Promoção de Eventos Esportivos; e Silva Cassaro Corretora de Seguros.

A MP 471 estendeu a vigência de incentivo fiscal, que acabaria em dezembro de 2010, às montadoras e fabricantes de veículos instalados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Duas outras MPs também estão sob investigação. Uma delas é a MP 512/10, que concedeu às fábricas de veículos, carrocerias, peças e pneus crédito presumido de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) como forma de ressarcir o pagamento de outras contribuições. O benefício vale para empresas instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A outra é a MP 627/13, que extinguiu o Regime Tributário de Transição (RTT) e passou a tributar todo o lucro apurado de empresas coligadas e controladas de multinacionais brasileiras no exterior.

Fonte: Agência CÂMARA



Senado aprova MP que reduziu número de ministérios

O Plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (9) o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 25/2015, decorrente da Medida Provisória (MP) 696/2015. A medida foi editada pelo governo em outubro do ano passado, reduziu de 39 para 31 o número de ministérios e secretarias da Presidência da República e redistribuiu algumas competências entre os órgãos. Por ter sido alterada durante a tramitação no Congresso, a proposta agora segue para sanção presidencial.

A medida tem o objetivo de diminuir a máquina pública federal para cortar gastos. Trata das fusões entre os ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social e entre as pastas da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Pesca e Aquicultura. Pela MP, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão assume as funções da Secretaria de Assuntos Estratégicos, que deixou de existir. A Secretaria-Geral da Presidência foi renomeada para Secretaria de Governo e o Gabinete de Segurança Institucional

retomou o nome de Casa Militar da Presidência, que tinha até 1999.

As secretarias de Direitos Humanos, Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Políticas para as Mulheres passaram a compor um único órgão. Nesse sentido, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) demonstrou preocupação pela retirada da expressão “perspectiva de gênero” de um dos itens do rol das competências do novo ministério.

O relator da matéria, senador Donizeti Nogueira (PT-TO), acolheu oito das 60 emendas apresentadas. Nogueira incluiu a palavra “Juventude” ao nome do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, criado pela MP. O relator também optou por incorporar a Secretaria da Micro e Pequena Empresa ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Esse arranjo, segundo Donizeti, vai facilitar demandas na área de tributação e compras governamentais, temas da competência do ministério.

Críticas - Senadores da oposição criticaram a reforma ministerial proposta pelo governo, que foi considerada um “remendo” pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Apesar das críticas, os senadores da oposição declararam que votariam a favor da medida em um gesto de “complacência”.

Fonte: Agência SENADO

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)